

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REFORMA AGRÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
ESTUDO DE CASO

CRISTIANO LEMOS QUARERSMA
GRADUANDO

FORTALEZA, MAIO DE 2002.

REFORMA AGRÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
ESTUDO DE CASO

CRISTIANO LEMOS QUARESMA
GRADUANDO

JOSÉ DE JESUS SOUSA LEMOS
Orientador

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

FORTALEZA – CE 2002

FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte de requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<i>Cristiano Lemos Quaresma</i> ----- CRISTIANO LEMOS QUARESMA Graduando	----- Média
----- JOSÉ DE JESUS SOUSA LEMOS Prof. Orientador	----- Nota
----- ANTÔNIO LUIZ ABREU DANTAS Membro da Banca Examinadora	----- Nota
----- RAUL DOS SANTOS FILHO Membro da Banca Examinadora	----- Nota

Monografia aprovada em Maio de 2002.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que é a base de tudo em minha vida. Através dele, eu pude, posso e poderei enfrentar todos os obstáculos que aparecerão em meu caminho.

Aos meus pais – Francisca Lúcia Lemos Quaresma e Lucílio Augusto Garone Quaresma, pelo enorme esforço, apoio e incentivo, sem os quais jamais teria realizado este trabalho.

As minhas avós Carmen e Carmosa pela torcida estimulante.

Aos meus padrinhos, Ubiratan Fernandes Fontenelle e Lucília Quaresma Fontenelle, que com muito sacrifício me deram a oportunidade de ter acesso à educação. Algo que foi fundamental em minha vida, como pessoa e agora como profissional.

Aos meus primos, Leonardo Fontenelle e Daniele Oliveira Fontenelle, que souberam compreender a minha ausência em determinados momentos, em virtude dos trabalhos de pesquisa desta Monografia.

Ao meu primo Victor Bezerra Quaresma por sua enorme ajuda em minha pesquisa de campo.

Ao meu orientador, Professor José de Jesus Sousa Lemos, a quem eu tenho grande admiração e pude me espelhar para dar início a este trabalho. A ele também vai meu agradecimento por acreditar em minha capacidade como estudante e por me ensinar a gostar de um assunto tão complexo, mas ao mesmo tempo fascinante – “A Reforma Agrária”.

Ao companheiro José Nenê (Secretário de Política Agrícola do Sindicato de Canindé) e Alfredo Paz (Secretário dos Aposentados de Canindé), por me darem auxílio durante a pesquisa de campo.

Aos funcionários da Sala do Cidadão, Fabiola Silva Gomes e Paulo César Melo, pelas informações precisas do acervo do INCRA.

Aos Professores Antônio Luiz Abreu Dantas e Raul dos Santos Filho, por terem aceito participar da banca examinadora deste trabalho.

Aos meus amigos Ricardo Candéa Sá Barreto e João Benigno por suas sinceras amizades.

E aos demais professores que participaram da minha formação acadêmica, os co-responsáveis por esta conquista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
OBJETIVOS	3
1 – ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA	4
1.1 – FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO	4
1.2 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	9
1.3 – INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS	10
2 – REFORMA AGRÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	13
2.1 – CONCEITUAÇÃO	13
2.2 – A REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO	14
2.3 – O CASO BRASILEIRO	15
2.4 – ASSENTAMENTOS RURAIS	19
2.5 – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	20
3 – A QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ	21
3.1 – ANÁLISE DO ASSENTAMENTO	24
4- FONTE DOS DADOS E METODOLOGIA	26
5 – RESULTADOS	29
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA	43
QUESTIONÁRIO	45

INTRODUÇÃO

O contexto sócio-econômico do país apresenta-se cada vez mais instável, trazendo consigo uma realidade negativa que se instalou, principalmente, na zona rural, onde as atenções estão voltadas para interesses dos grandes latifundiários, que utilizam do modelo patronal na produção agropecuária, produzindo, assim, uma forte concentração de renda e exclusão social.

A questão fundiária é um problema que vem afligindo o Brasil desde o início de sua colonização, a partir da doação das Capitâneas Hereditárias, tornando-se permanente até hoje, em que a produção agrícola atinge índices recordes, tendo como paralelo grande parte da população rural sofrendo com a miséria e a fome.

Ainda não se construiu condições políticas e necessárias para combater as desigualdades e as injustiças sociais no Brasil, principalmente leis que viabilizem a Reforma Agrária, em decorrência da falta de mobilização do Congresso Nacional, que é constituído por boa parte dos políticos eleitos com o apoio dos grandes latifundiários, que possuem influência no meio rural.

O resultado desse processo é o aumento de pequenos agricultores excluídos pela estrutura agrária brasileira, que sem alternativas, acabam migrando para a zona urbana, onde buscam melhores condições de vida e de trabalho, porém na maioria das vezes, o que ocorre é a marginalização total dessas pessoas, tanto como trabalhador como cidadão. Estima-se que 31,2% da população brasileira é pobre, no sentido de ser privada de serviços essenciais e de renda. Na zona rural o percentual sobe para 73% de pobres e na zona urbana é estimado um percentual de 24,7%. O Nordeste contém o percentual 51,7% de pobres, o maior dentre as regiões brasileiras¹.

Vale ressaltar que o combate à pobreza no meio rural não é apenas uma questão moral, se constitui também como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável, e a Reforma Agrária vem se apresentando como uma política pública, dinâmica e de grande caráter social, capaz de minimizar os problemas dos excluídos rurais.

É importante lembrar que essa política só será viabilizada mediante a participação do Governo Federal, que tem o papel fundamental como agente condutor da Reforma Agrária. Sem ele,

¹ LEMOS, J.J.S. Mapa da pobreza no Brasil: uma contribuição para construir uma pauta de agenda de desenvolvimento sustentável para o país. Fortaleza, 1999.

não é possível realizar esse tipo de mudança na agricultura nem modificar o quadro social de miséria para grande parte dos agricultores.

Tanto as organizações sociais como os agentes políticos concordam que a Reforma Agrária é uma solução viável para a incapacidade da economia gerar emprego, inclusive para o conjunto da população sem qualificação profissional e que esta localizada na zona rural.

Nesse contexto, está inserido ao Programa Agrário os projetos de assentamentos, que se apresentam como proposta eficiente, a fim de produzir efeitos favoráveis à agricultura familiar e elevar a geração de emprego no setor agrícola, assim como promover desenvolvimento social junto aos trabalhadores rurais.

Porém, esses projetos se constituem em ações locais integradas que requerem a participação das esferas regionais e locais do poder público e da sociedade civil para prosperarem de forma sustentável.

OBJETIVOS

Geral:

Este trabalho pretende estudar através de uma pesquisa do tipo descritiva, a contribuição do projeto de assentamento, como política de desenvolvimento, utilizando indicadores sócio-econômicos, no assentamento Souza município de Canindé.

Específicos:

- a) analisar a realidade do assentamento através de indicadores sócio-econômicos;
- b) estudar o nível de organização das famílias assentadas;
- c) mapear as atividades agropecuárias praticadas no assentamento.

1 – ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

1.1 - *Formação e Evolução*

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, começa a exploração da terra. O rei de Portugal envia uma carta a Martim Afonso, responsável pela expedição colonizadora de 1530, declarando o povoamento da colônia através das capitânicas hereditárias.

Dividiu-se o Brasil em 14 capitânicas hereditárias, 15 lotes e 12 donatários. Os donatários tinham o direito de distribuir lotes de sua terra àqueles que dispusessem de recursos para explorá-la, eram as chamadas sesmarias.

Este ordenamento jurídico do território foi, antes de mais nada, uma transposição da norma reguladora do processo de distribuição de terras em Portugal para o solo colonial. Sob este ponto, é preciso ressaltar que o interesse primordial do processo de colonização portuguesa estava aliado à extensiva exploração do território, com o intuito de campear recursos minerais, principalmente o ouro. Em um primeiro momento este propósito da coroa foi completamente frustrado, pois durante todo o século XVI não houve a ocorrência de qualquer descoberta de metais preciosos nos solos coloniais americanos de posseção portuguesa.

No entanto, a empresa colonial, desde o princípio, percebeu que a colônia poderia produzir outros tipos de riquezas que não a exploração mineral. Data do ano de 1557 a instalação do primeiro engenho de produção de açúcar no Brasil; os portugueses, que dominavam plenamente a técnica de plantio da cana e fabrico do açúcar, devido às suas possessões nas Ilhas do Atlântico, introduziram e incentivaram a produção deste produto de grande valor comercial. Assim os séculos XVI e XVII, foram marcados, na colônia portuguesa, pelo que alguns denominam de "A civilização do açúcar". Ou seja, uma economia baseada plenamente no cultivo da cana-de-açúcar e no trabalho artesanal de produção do próprio açúcar por meio dos engenhos. Neste período, o incentivo agrícola foi dado à produção em larga escala para abastecer o mercado europeu. Não havia o interesse de construir na colônia uma produção agrícola de pequeno porte e caráter diversificado, pois o elemento norteador das políticas européias era o mercado europeu. Assim, a colonização do século XVI foi fiel ao seu sentido original de "colonização de caráter absolutamente mercantilista", sem incentivo à pequena propriedade.

A partir do século XVIII, a situação acima descrita reverte-se completamente. Neste período há um enorme crescimento da colônia: junto a um grande ciclo migratório, verificou-se uma ampliação da economia devida, principalmente, à descoberta das Minas Gerais. O ciclo do ouro foi capaz de dinamizar outros setores da economia, como o de produção de alimentos e o do

tráfico interno de mão de obra. A reivindicação pela terra se tornava cada mais difusa, e a política de doação por meio de sesmarias fazia-se insuficiente às novas necessidades sociais. A confusa situação de ocupação de território ditada pela debilidade de Lei de Sesmarias aumentou ainda mais no final do século XVIII, quando ocorreu a decadência da mineração e houve o que alguns autores denominaram como um renascimento da atividade agrícola.

No início do século XIX, a questão da posse de terra tinha alcançado uma situação caótica – não existia um ordenamento jurídico que possibilitasse qualificar quem era ou não proprietário de terras no país. Todas estas tensões que vinham sendo gestadas se dissiparam enquanto força política no início do século XIX.

O crescimento de sesmarias ocupadas por terceiros levou o Governo a criar uma lei que determinou a cobrança de tributos pela concessão de sesmarias. Tal medida serviu para fortalecer ainda mais os grandes senhores de terras e desenvolver as relações devedor-credor entre proprietários e os pequenos agricultores.

Por tornar-se uma ameaça à propriedade fundiária, em 1922, ocorreu a extinção do Regime de Sesmarias, resultando no desenvolvimento de dois tipos menores de propriedade rural: capitalista e camponesa. A primeira caracterizou-se pela utilização do trabalho escravo, sendo que após a abolição da escravidão, passou-se a explorar o trabalho assalariado nesse tipo de propriedade, porém sempre ligada ao ciclo do capital. Já a segunda baseou-se no trabalho familiar, com produção de subsistência para suprir necessidades básicas da família do possuidor ou para lhe fornecer um pequeno excedente, cuja venda ou realização no mercado, fornecia-lhe o necessário para atender outras necessidades². Vale ressaltar que o início da propriedade camponesa no Brasil caracterizou-se pelo uso do trabalho livre de pequenos agricultores, em que a maior parte era formada de europeus que migraram para o País.

Essa questão de imigração favoreceu bastante o crescimento da pequena propriedade. Um dos fatores importantes para o aumento no nível de imigração foi a vinda de D. João VI ao Brasil, em janeiro de 1808, facilitando a concessão de sesmarias a estrangeiros, com base no Decreto de 25 de novembro daquele mesmo ano, permitindo a transferência de terras para estrangeiros residentes no País. A abolição do tráfico negreiro e, conseqüentemente, o fim da escravidão foram também pontos decisivos para aumentar a imigração, modificando o tipo de colonização, que anteriormente era de exploração³ e depois passou a ser também a de povoamento⁴, criando estabelecimentos de pequenas propriedades com base familiar.

² GUIMARÃES, Alberto Passos, **Quatro Séculos de Latifúndio**, Rio de Janeiro, paz e Terra, 1997, p.216-233.

³ Tipo de colonização em que a colônia voltava sua economia para o mercado externo, metropolitano, e a produção se organizava na grande propriedade escravista.

⁴ Tipo de colonização em que a colônia voltava sua economia para o próprio consumo interno, onde predominava a pequena propriedade.

Com a intenção de ampliar os seus objetivos colonizadores principalmente devido o fim da sesmária, Portugal passou a desenvolver no Brasil a exploração açucareira, seguido da atividade pecuária, com vista ao alargamento da fronteira econômica. Assim, surge um segundo tipo de latifúndio - a fazenda, que baseou-se na abertura do trabalho não escravo, estando ligada diretamente à atividade pecuária, servindo também para designar as grandes propriedades destinadas à agricultura⁵.

O desenvolvimento da pequena propriedade serviu ainda para reestruturar o sistema latifundiário brasileiro que estava se decompondo, por motivo de constantes invasões de posseiros ou intrusos em áreas abandonadas, dificultando o reconhecimento da posse como uma forma legítima de ocupação de terra.

Decorrente dessa situação, em 1850, foi criada a Lei de Terras. A fim de beneficiar os grandes latifundiários do café, que se detinha em três objetivos fundamentais:

- realizar a posse da terra através da compra, visando a extinção do regime de posse;
- elevar os preços das terras para dificultar sua aquisição, com pagamento à vista e preços mínimos superiores aos vigentes no país;
- destinar o produto da venda de terras à importação de colonos.

Não é possível pensar a Lei de Terras brasileira de 1850, sem analisar o contexto geral das mudanças sociais e políticas ocorridas nesta primeira metade de século. No cenário mundial, os países europeus, como França e Inglaterra, haviam sofrido um grande processo de modernização tanto política como econômica nestes últimos cinquenta anos: eram as grandes potências mundiais e viviam a euforia da sociedade capitalista. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem. A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro tanto por seu caráter específico quanto pela sua capacidade de produzir outros bens. Procurava-se dar à terra um caráter mais comercial, e não apenas de *status* social, como fora típico nos engenhos do Brasil Colonial.

Durante três séculos, a hegemonia das fazendas, baseada na pecuária e na cana-de-açúcar, foi absoluta, porém, com o processo evolutivo da economia, assim como a sociedade brasileira, esse tipo de latifúndio tornou-se um entrave para o progresso do País. No Brasil especificamente, no século XIX, o café substituiu o açúcar como motor da economia agrária, e os grandes barões cafeeiros precisavam solucionar dois grandes problemas: o da legalização da (rentável) propriedade e a obtenção de mão-de-obra. A proibição do tráfico de escravos era uma realidade (1830), e os proprietários temiam que em muito pouco tempo houvesse escassez de mão-de-obra.

⁵ GUIMARÃES. Ibidem. P.69-74

Diante desse quadro, a Lei de terras não surge unicamente para solucionar esse problema, mas é inegável que ganha força nos debates sobre o fim do tráfico.

A política de incentivo à emigração europeia surgia como um horizonte neste processo de substituição de trabalhadores escravos por homens livres. Restava discutir a questão da incorporação destes novos colonos à sociedade brasileira. De antemão, sabia-se que os produtores de café não estavam interessados em concorrer com novos potenciais produtores: era preciso deixar claro que os colonos viriam para o Brasil para servirem às necessidades da produção existente de café. Desta forma, a única maneira de afastar a curto prazo os colonos da propriedade da terra era valorizando-a e tornando-os debilitados de possuí-la.

A partir de 1888, surge no Brasil, segmentos formados de pequenas fábricas que passam a fortalecer alguns centros urbanos, até então puramente administrativos, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Esse início de industrialização no País, embora principiante, serviu para provocar várias alterações na produção agrícola, pois consolida-se a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café, bem como os pequenos agricultores passam a deter possibilidades de produzir matérias-primas para as indústrias nascentes, uma vez que o latifúndio continua a monopolizar o produto destinado à exploração – o café⁶.

Nas primeiras décadas do século XX, a continuidade do crescimento é reforçada por uma política governamental bastante favorável aos interesses do setor, que garante crédito, formação de estoques e intervenções no câmbio para compensar eventuais baixas dos preços internacionais. Isso tem efeito positivo: mantém o desenvolvimento da cafeicultura, possibilitando aos fazendeiros investir parte de sua renda em atividades comerciais e industriais, dinamizando a economia urbana.

O complexo cafeeiro, cria o espaço inicial para a industrialização, depois de ter funcionado com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século passado.

A falência da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, onde era negociado o café, e a crise econômica que se abateu nos Estados Unidos e na Europa tiveram reflexos negativos sobre a produção e comercialização desse produto, gerando a chamada “Crise do Café”. No Brasil, as conseqüências desse problema mundial levaram as grandes fazendas a dividirem-se em pequenas propriedades, além de mostrar toda a inviabilidade da monocultura exportadora como base da economia brasileira.

Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial criou condições favoráveis para agilizar o processo de industrialização no País, pois como a economia era voltada para a produção do café, com a crise desse produto, surge a necessidade de novas fontes de riqueza. Assim, a indústria

surge como um setor capaz de modernizar o Brasil, retirando-o do atraso colonial que aí ainda se encontrava em relação a outros países, como Inglaterra e Estados Unidos.

A revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, deu um grande impulso ao processo de industrialização, reconheceu direitos legais aos trabalhadores urbanos e atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu seu processo de transformação com industrialização e urbanização aceleradas. A questão agrária começou, então, a ser discutida com ênfase e tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Dezenas de projetos-de-lei de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional. Nenhum foi aprovado.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, os debates ampliaram-se com a participação popular. As chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Entre todas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária - SUPRA, com a atribuição de executar a reforma agrária.

Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências consideradas "indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população." A primeira delas, a reforma agrária.

Não deu tempo. No dia 31 de março de 1964, caiu o Presidente da República e teve início o ciclo dos governos militares, que duraria 21 anos.

Logo após assumir o poder, os militares incluíram a reforma agrária entre suas prioridades. Um grupo de trabalho foi imediatamente designado, sob a coordenação do Ministro do Planejamento, para a elaboração de um projeto-de-lei de reforma agrária. O grupo trabalhou rápido e, no dia 30 de novembro de 1964, o Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra.

Em vez de dividir a propriedade, porém, o capitalismo impulsionado pelo regime militar brasileiro (1964-1984) promoveu a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante. O dinheiro farto e barato, aliado ao estímulo à cultura da soja - para gerar grandes excedentes exportáveis - propiciou a incorporação das pequenas propriedades

⁶ SILVA, José Graziano da, **O Que é Questão Agrária**, 11ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, V.18, Coleção

rurais pelas médias e grandes: a soja exigia maiores propriedades e o crédito facilitava a aquisição de terra. Assim, quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar.

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor - eram os tempos do "milagre brasileiro" -, o país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem ter que democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada.

O governo elaborou o Estatuto das Terras como meio de evitar revoluções. Na prática não se fez nada para resolver esse grande problema social. Esse estatuto criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) o qual substituiu a Supra. Mais tarde criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para substituir o Inda.

Com o fim da ditadura militar em 1984, temos o ressurgimento dos movimentos sociais em prol da reforma agrária. Nesse mesmo ano é fundado o Movimento dos Sem Terra (MST). Muitas invasões são realizadas; algumas com resultado positivo, outras com mortes e muita violência.

1.2 - A Modernização da Agricultura

A busca do incremento da produção e da produtividade agrícola no bojo da chamada "revolução verde", em curso nos países desenvolvidos, constituiu o mote econômico principal para a deflagração da modernização agrícola no país.

Diversamente do que ocorria com os complexos rurais, o caráter natural e artesanal da produção passa a dar lugar à tecnificação das atividades agrícolas pela via de suas progressivas mecanização e quimificação. Altera-se, portanto, a própria maneira de produzir e incluem-se novos produtos à pauta da produção agrícola e, ainda, novas variedades mais especializadas desses produtos passam a ser incorporadas ao processo produtivo.

Nas suas primeiras etapas, a modernização desenvolve-se com o concurso das importações de tratores e insumos químicos, fato que findou limitando esse processo, nesta fase inicial, à capacidade de exportação do país.

Ainda que, desde essa fase, os determinantes da dinâmica da agricultura deslocassem progressivamente para o plano do mercado interno, já em moderada expansão, ao contrário, portanto, do que ocorria com os complexos rurais, a modernização da base técnica da produção mantinha-se condicionada ao setor externo.

Esse fato permanece com tal configuração até a implantação e o desenvolvimento, no país, das indústrias mecânica e química, o que ocorre a partir da segunda metade da década de 1950 no bojo da política de substituição de importações. A partir de então, a modernização da agricultura passa a ser condicionada endogenamente, potencializando assim, a sua ampla massificação, como acabou ocorrendo.

1.3 - Industrialização da Agricultura e, Formação dos Complexos Agroindustriais

Deve-se diferenciar o processo de modernização (pós-guerra, até meados da década de 1960), da fase seguinte de industrialização da agricultura (meados da década de 1960 a meados da década de 1970), bem como, do período mais recente de formação/consolidação dos complexos agroindustriais (pós-1975). É comum tratar-se os processos de industrialização da agricultura e de formação dos complexos agroindustriais como estágios diferenciados do processo de modernização. A rigor, não é bem assim.

Como foi referido anteriormente, a modernização veio alterar a base técnica da produção agrícola nacional e, subjacentemente, contribuir decisivamente, para a formação de um amplo mercado interno no país como estratégia para a viabilização do desenvolvimento industrial, em curso. Ao transferir o fornecimento de máquinas e insumos, do interior das unidades produtivas - como ocorria nos complexos rurais - para outros setores, a modernização veio concorrer para o desenvolvimento da indústria de bens de capital e insumos agrícolas.

Três transformações básicas diferenciam a modernização da agricultura desse processo de industrialização. Primeiro, não se trata apenas de usar crescentemente insumos modernos, mas também - e principalmente -, de mudar as relações de trabalho. Mesmo com a modernização havia espaço para a pequena produção independentemente onde o proprietário (ou o parceiro ou arrendatário), utilizando insumos modernos, seguia produzindo de maneira artesanal. Ele modernizava seu processo de produção e estabelecia uma nova divisão de trabalho dentro da família. Na agricultura industrializada, a relação de trabalho é basicamente uma relação de trabalho coletivo (cooperativo); não há mais o trabalhador individual, há um conjunto de trabalhadores assalariados que trabalham coletivamente ou cooperativamente numa determinada atividade. O trabalhador não mais cuida do plantar ou colher: ele se especializa; são turmas que plantam, são turmas que colhem. Existe uma divisão de trabalho, como uma posição dentro da empresa para o trabalhador braçal, para o trabalhador técnico com diferentes níveis de qualificação, mas é um trabalho coletivo. A segunda mudança qualitativa é a mecanização. A modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é basicamente pelo trator, que passa de

substituto da força animal para substituto do trabalho do homem, da força de trabalho. Aí há então um salto qualitativo no processo de produção: as atividades passam a ser mecanizadas não mais em função da substituição da força física, mas substituindo, por exemplo, a habilidade manual e destreza do trabalhador. Este salto qualitativo no processo de modernização da agricultura brasileira ocorre nos anos 60, quando se introduz a mecanização de todo o processo produtivo, do plantio à colheita (inclusive carregamento e transporte) e à mecanização dos tratos culturais se soma à quimificação. A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 60 é a integralização do D1⁷, ou seja, dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. Com a implantação da indústria de base (siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina, bioquímica, etc) nos anos 50-60, os setores que produzem insumos modernos, máquinas e equipamentos para agricultura foram internalizados no país e, a partir daí, a capacidade de modernização da agricultura passou a ser endógena.

É a partir dessas três transformações, que ocorrem nos anos 60, que o processo de modernização da agricultura brasileira se torna irreversível iniciando-se assim a industrialização da agricultura⁸.

No período que se inicia em meados da década de 1970, são fixadas as condições para a fase de criação/consolidação dos Complexos Agroindustriais - CAIs).

A partir da constituição dos CAIs, favorecida pelas condições vigentes no mercado internacional para várias "commodities" agrícolas, a agricultura passa a constituir basicamente num ramo da indústria.

Das sementes e das matrizes a serem utilizadas na agropecuária, passando pelo fornecimento de máquinas e insumos, até a determinação do que e, em que escala produzir e, a que preços, tudo enfim que envolve os agregados do processo produtivo agrícola passa a ser ditado, em última instância, pela dinâmica industrial.

Há, portanto, o estreitamento absoluto das interconexões industriais, à montante e à jusante, do processo produtivo agrícola, conduzindo assim, à crescente subordinação da agricultura à indústria.

Já não são mais os capitais originalmente agrários que hegemonomizam a composição do PIB (Produto Interno Bruto) agropecuário. São, agora, os capitais financeiros e industriais que se territorializaram no bojo do modelo econômico implantado nos anos 60, que levou à consolidação do padrão de desenvolvimento agrícola em consideração.

⁷ Setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos.

⁸ KAGEYAMA, Ângela. **A Questão Agrária Brasileira: Interpretações Clássicas**. In: Revista de Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 23 (3), set. / dez, 1993.

É evidente que o Estado foi o grande artífice e operador desse processo de transformação da base de organização da estrutura produtiva da agricultura brasileira ao longo do período considerado. Isto se deu, via a instrumentalização de um conjunto de instrumentos incentivadores da agricultura capitalista em escala (crédito subsidiado, proteção do mercado interno, incentivos especiais aos produtos exportáveis, incentivos fiscais), por sua vez, indutores da expansão industrial, no campo.

2 – REFORMA AGRÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

2.1 – *Conceituação*

Reforma Agrária é o processo de redistribuição da propriedade da terra promovida pelo Estado, sobretudo em áreas de agricultura tradicional e pouco produtiva. É a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda agrícola (VEIGA, 1990).

Seja qual for a definição, vai estar associada a profundas transformações sociais. De acordo com SANDRONI (1996)⁹, existem dois tipos de reforma agrária: a estrutural e a convencional.

A estrutural pressupõe um processo de transformação revolucionária fundamentando na modificação das normas tradicionais vigentes. A reforma convencional procura modificar o monopólio sobre a terra e sobre os recursos de desenvolvimento agrícola, sem mudar as normas institucionais da sociedade: enfocada como questão social não implica uma transformação do Estado (SANDRONI, In 3º fascículo / Universidade Aberta, 1996).

A questão da Reforma Agrária, tema central para o estabelecimento de uma política fundiária, tem sido redefinida no debate dos caminhos e papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico do país.

Para situar a discussão em torno das políticas que têm sido implementadas, visando a sua viabilização, é oportuno então colocar, mesmo que brevemente, as questões teóricas que perpassam este debate. As visões teóricas, hoje, acerca da Reforma Agrária, são (ALENTAJANO, 1996):

- A primeira refere-se a concepção de Reforma Agrária como política social compensatória, entendendo que a modernização resolveu os problemas ligados ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, não cabendo mais uma ampla reformulação que atinja o setor modernizado;
- Na segunda, a Reforma Agrária é vista como política distributiva, que visa sustentar, com base na agricultura familiar, a retomada do crescimento econômico do País e a garantia da segurança alimentar;
- A terceira concepção considera a Reforma Agrária uma política voltada à alteração das bases do atual modelo de desenvolvimento, questionando a modernização agrícola brasileira, por entendê-la como ecologicamente insustentável, socialmente perversa e economicamente cara.

⁹ In 3º Fascículo do Curso de Reforma Agrária / Universidade Aberta, 1996.

Assim poderia ser melhorado o perfil de distribuição da renda, garantindo a segurança alimentar e o crescimento econômico. Os mecanismos de políticas agrícolas devem então, segundo esta corrente, atender especificamente à agricultura familiar.

A Reforma Agrária, colocada em “prática” possui alguns elementos comuns às três correntes, no que se refere à busca de manutenção dos agricultores no campo, gerando trabalho e renda e de desenvolvimento de uma agricultura voltada para a produção familiar, que através dos assentamentos, visa inserir os agricultores mais fragilizados no sistema produtivo.

A perspectiva de implantação a curto prazo de uma Reforma Agrária no Brasil, reascendeu o debate sobre a questão.

2.2 – A Reforma Agrária no Mundo

A Reforma Agrária foi bem sucedida em países como o Japão onde a baixa relação terra/trabalho sempre exigiu uma utilização intensiva e eficiente de todo pedaço de terra disponível.

Já o Imposto sobre a terra, tem sido particularmente bem sucedido em países como os EUA (Estados Unidos da América), onde a relação é inversa e ainda há uma disponibilidade muito grande de terras apropriadas para o cultivo.

O imposto sobre a terra americana, por outro lado, foi criado mais no sentido de estimular o uso da terra, por meio da penalização dos proprietários de terras, ociosas, do que propriamente para promover a redistribuição de propriedades. Evidentemente devido à progressividade, a sua aplicação eficiente serviu de certa forma, para evitar na agricultura dos EUA a tendência concentradora inerente ao sistema capitalista e manter uma estrutura fundiária melhor distribuída.

Nos outros países em que estes instrumentos foram utilizados, os resultados mostraram de forma bastante nítida que onde a reforma agrária foi fortemente prescrita como remédio capaz de resolver os problemas de pobreza, estagnação, baixa produtividade, etc, os resultados foram duvidosos, ou mesmo negativos.

Já na Dinamarca e outros países da Europa, onde as condições eram semelhantes às do Japão, os resultados foram diferentes e a mudança na estrutura fundiária de imediato provocou ganhos substanciais de produtividade e impactos positivos na oferta de produtos agrícolas.

A reforma agrária Japonesa, teve seu êxito baseado em dois fatores fundamentais:

- O primeiro é que na época em que ela foi implementada, logo após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura do Japão já era uma das mais eficientes do mundo, e a redistribuição de terras simplesmente tornou o arrendatário, proprietário, sem provocar distorções na organização da produção;

- O segundo é que os novos proprietários receberam na época grandes incentivos para melhorar a utilização da tecnologia, através da combinação de assistência técnica com pesquisa e educação, e de amplo apoio creditício.

2.3 - O caso brasileiro

O caso brasileiro é bem mais complexo, pois trata-se de um país com densidade populacional variada e com uma agricultura altamente pluralista, nela convivendo (algumas vezes lado a lado) unidades de produção modernas e eficientes, como unidades de produção primitivas e rudimentares.

A reforma agrária no Brasil já polarizou grande parte dos debates em outras épocas. Na década de trinta, por exemplo, essa discussão girava em torno da crise do café. Nos anos 50 e início dos anos 60 a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira.

No período de 67 a 73, o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia. Esse período ficou conhecido como “milagre brasileiro” e pouco se falou da questão agrária.

Em 1978/79 volta a ser discutido em pleno vigor a questão agrária. Evidentemente não significou um ressurgimento, esta questão nunca foi resolvida. Segundo RANGEL, apud SILVA (1989), a crise agrária brasileira estava prevista desde a década de sessenta, onde houve uma excessiva liberação da população rural para os centros urbanos, daí os crescentes índices de migração de subemprego, além da mendicância, prostituição e criminalidade nas metrópoles.

O fato é que a penetração do capitalismo no campo só beneficiou os grandes capitais, uma característica do próprio sistema, acumulando riqueza de uma lado e miséria do outro.

Durante a década de 80 os debates sobre a questão agrária no Brasil se desenvolveram com muita efervescência até nossos dias, este debate embora não tenha tido tão grande repercussão na opinião pública, hoje tem florescido (principalmente, através de grandes conflitos). Dessa forma, explicita-se a necessidade de uma reforma agrária através de acontecimentos, tais como (TEIXEIRA, 1996):

- Agravem-se as desigualdades de renda e o desemprego nas áreas rurais;
- O veloz crescimento demográfico ameaça agravar desigualdades;
- A abertura comercial e potencial na agricultura será aproveitada antes de tudo pelos grandes capitais o que, como consequência da já desigual estrutura agrária resultará no crescimento do seu poderio, excluindo ainda mais a classe dos pequenos agricultores;

- É preciso beneficiar os trabalhadores rurais e que estes possam apropriar-se um dia dos frutos do seu próprio trabalho.

No entanto, vale ressaltar que a garantia de que haja desenvolvimento rural e agrícola não significa a simples decretação e execução de um programa de reforma agrária, mas isso tem que vir acompanhado por programas governamentais complementares que transformem a potencialidade de melhoria em rentabilidade.

Assim, pode-se considerar, uma política voltada à alteração das bases do atual modelo de desenvolvimento, buscando alterar totalmente a estrutura fundiária, estabelecendo um novo modelo de sociedade.

A efetivação dessa política, de Reforma Agrária, com o objetivo de inserir os agricultores menos favorecidos no sistema produtivo se dá através da implementação dos assentamentos, que vem crescendo em números, por forças das pressões sociais crescentes.

Em relação ao Estatuto da Terra de 1964, teria plenas condições para promover soluções definitivas à questão agrária brasileira, no entanto as ações governamentais não foram significativas, não permitindo mudanças significativas no quadro de concentração fundiária no Brasil.

Para SILVA (1985), apesar da promulgação do estatuto da Terra, "...não se preconiza (...) destruir o latifúndio de forma radical, (...). Tratava-se, na verdade de superar lentamente , a partir de uma série de estímulos especiais, certas contradições que a propriedade improdutivo da terra gerava para o capitalismo.

Tratava-se na verdade, de uma modernização conservadora do próprio latifúndio, razão pela qual o Estatuto não é uma Lei de reforma agrária, mas de desenvolvimento rural, como deixa claro o item 18 da mensagem 33: "não se contenta o projeto em ser uma Lei de Reforma Agrária (...) é uma Lei de Desenvolvimento Rural" (SILVA, 1985:69).

De acordo com SILVA (1985), verificou-se um momento único na legislação, em que há um rompimento com a história da anti-reforma pós-64, o Ato Institucional nº 9 de 25 de abril de 1969, que retirava a exigência da indenização previa das desapropriações, e ainda inovava, introduzindo o valor declarado pelo proprietário para fins de pagamento do ITR, como parâmetro para as indenizações.

Apesar do governo Costa e Silva, ter deixado instrumentos jurídicos, considerados apropriados para execução de uma verdadeira Reforma Agrária, quase nada é realizado neste sentido pelos governos seguintes (SILVA, 1985).

A partir dos argumentos históricos da proposta para elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1º PNRA) podem ser verificados algumas distorções da ação Governamental no tocante à Reforma Agrária.

No 1º PNRA, de 1966, constata-se como principal instrumento para a reforma agrária a tributação sem no entanto, proporcionar mudanças significativas no sistema de posse e uso da terra.

Segundo IANNI, Apud LARANJEIRA (1983), a colonização deve ser encarada sob dois aspectos:

- O primeiro implica em reduzir ao mínimo a terra vendida a colonos ou parceiros;
- O segundo é o de permitir, através dos núcleos de colonização, a “... produção de gêneros e força de trabalho para servir de base à criação e expansão da grande empresa agrícola, pecuária, agropecuária, agro-industrial, de mineração, extrativismo, etc., que o Estado passou a favorecer ...”(LARANJEIRA, 1983:40)

Para SILVA (1985), existe uma diferença básica entre colonização e reforma agrária, ou seja, colonização se faz em terras não ocupadas, geralmente terras devolutas, enquanto a reforma agrária “...é, feito em terras privadas, implicando assim, basicamente, uma mudança de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários...” (SILVA, 1985:74).

A tributação continuou, segundo INCRA (1968) como instrumento capaz de provocar mudanças no uso social da terra, porém, na prática, a tributação não foi um instrumento eficaz, nem mesmo como fonte de receita, prevalecendo a inadimplência.

A partir de 1971, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e passa a realizar basicamente colonização, ligando “os homens sem terra do Nordeste, com as terras sem homens da Amazônia...” (SILVA, 1985), que posteriormente transformaram-se em tal fracasso, dado os altos custos e as dificuldades de colonos em terras hostis às suas origens.

A luta pela Reforma Agrária começa a ganhar força e a formação da efêmera Nova República, renova-se o entusiasmo por mudanças na sociedade. No que se refere à Reforma Agrária, foi criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, que tinha como finalidade agilizar as desapropriações.

Foi executada, juntamente com o INCRA, a proposta para Elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. De acordo com a proposta o objetivo geral do PNRA seria mudar “... a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, assegurando um regime de posse e uso que atenda os princípios de justiça social e aumento de produtividade”. E os objetivos específicos estavam assim relacionados: (Proposta para Elaboração do 1º PNRA da Nova República, 1985).

- Contribuir para o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas buscando o atendimento prioritário do mercado interno;
- Possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho;
- Promover a diminuição do êxodo do campo, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes.

Apesar de não ter sido recebida com unanimidade, a proposta contou com o apoio de expressivas instituições, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e Companhia Nacional pela Reforma Agrária (CNRA). Porém, este apoio não foi suficiente para que fossem mantidas todas as proposições do Plano Propriamente dito, que ao final do governo da Nova República, não atingiu 10% de suas metas.

Por tratar-se de um Plano que previa distribuir terra, extinguir privilégios..., muitos eram os interessados em sua apreciação e discussão. Tanto é assim, que só é oficializado depois de sofrer doze versões, permitindo um texto bem diferente da proposta inicial, e no interesse dos donos do poder e da terra.

As articulações que levaram a tal desvirtuamento da proposta inserem-se numa série de atividades paralelas ao plano, que, aos poucos, foram tomando seu lugar como instrumento para promover a reforma (SILVA, 1986).

As dificuldades para uma ação mínima no sentido da realização da Reforma agrava-se mais ainda a partir de 1987, no Congresso Constituinte, que promulga em 1988 um texto extremamente retrógrado no que se refere à questão da Reforma Agrária.

A atual Constituição parece ter chegado ao auge de proteção desse direito. Não bastando mantê-lo como direito fundamental (art. 5, XXII) vem agora enunciado como princípio da ordem econômica e financeira (art. 170, II) e mais ainda na garantia de sua continuidade e transmissão: “é garantido o direito de herança” (art. 5, XXX). Além disso, esta configuração do direito de propriedade vem sempre acompanhada de sua legitimação a chamada função social da propriedade (art. 5, XXIII) e 9art. 170, III).

Apesar de definir, no artigo 186, o que viria a ser função da propriedade, torna-se sem clareza no artigo anterior, que isenta de desapropriação a pequena e média propriedade rural, e engloba na isenção a chamada propriedade “produtiva”, dispondo em seu parágrafo único que a “... lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social” (Parágrafo único do art. 185).

2.4 – Assentamentos Rurais

De uma forma genérica, o assentamento rural pode ser definido como uma área na qual se encontram agricultores (assentados) que participam de um projeto de Reforma Agrária. Pode ser implantado em terras desapropriadas ou públicas.

A múltipla origem destes assentamentos permite classifica-los em cinco tipos (BERGAMASCO, 1996:08):

- Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola;
- Reassentamentos de populações atingidas por “barragens de usinas hidrelétricas”;
- Planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização processória;
- Programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986, sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney;
- A criação de reservas extrativistas para seringueiros da região Amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

É importante destacar que o Brasil tem uma superfície de 850 milhões de hectares. Deste total, 376 milhões são ocupados por estabelecimentos rurais, dos quais 166 milhões são terras aproveitáveis e não exploradas. São terras que ficam retidas como bem especulativo por aqueles que se beneficiam dos créditos subsidiados, dos incentivos fiscais e dos investimentos governamentais (TEIXEIRA, 1996).

A viabilidade econômica e social dos assentamentos é um dos questionamentos levantados por aqueles que são contrários à realização de uma Reforma Agrária, ou não acreditam na mesma.

Para chegar-se a uma conclusão a respeito da viabilidade dos assentamentos, é necessário levar em consideração não apenas as diversidades históricas e políticas, mais também a questão regional, pois esta se apresenta como elemento importante nas avaliações sobre os assentamentos rurais.

2.5 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra surgiu pela união de antigos militantes comunistas com católicos radicais e petistas. Nasceu das lutas concretas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região sul, pela conquista da terra, no final da década de 70. O Brasil vivia a abertura política pós-regime militar. O capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes no avanço em direção ao campo. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistia, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Nesse contexto surge várias lutas concretas que, aos poucos, se articulavam. Dessa articulação se delineia e se estrutura o Movimento Sem Terra, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta - RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do oeste do Paraná.

O MST visa três grande objetivos - A terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Quer a expropriação das grandes áreas nas mãos de multinacionais, o fim dos latifúndios improdutivos, com a definição de uma área máxima de hectares para a propriedade rural. É contra os projetos de colonização, que resultaram em fracasso nos últimos 30 anos e quer uma política agrícola, voltada para o pequeno produtor. O MST defende a autonomia para as áreas indígenas e é contra revisão da terra desses povos, ameaçados pelos latifundiários. Visa a democratização da água nas áreas de irrigação do Nordeste, assegurando a manutenção dos agricultores na própria região. Entre outras propostas, o MST luta pela punição de assassinos de trabalhadores rurais e defende a cobrança do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), com a destinação dos tributos à reforma agrária.

3 – A QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ

O Ceará, cuja área de 147 mil km² corresponde a 9,4% da região Nordeste do Brasil, caracteriza-se por ter a quase totalidade do seu território no semi-árido e uma vasta faixa litorânea (573 km), representando 17,1% da costa nordestina. Em 1996, a maioria dos 6,8 milhões de habitantes residentes nas cidades e vila (70%), era jovem (50% com menos de 20 anos) e predominantemente feminina (51%).

A população ocupada na agropecuária (FBIGE/PNAD, 1995) cresceu 41,3% entre 1990/95, passando de 828.787 para 1.170.780 pessoas, o que significa 38,5% do total de empregado, apesar da vulnerabilidade da economia rural. Observa-se uma ampliação do trabalho agrícola, com o acréscimo de 341.993 novos postos, correspondendo a 61,8% do total das ocupações geradas no período considerado. Porém, o perfil de distribuição da renda interna não se alterou, pois 84,4% da população de 10 anos e mais ocupava na agricultura, o que corresponde a 988.898 trabalhadores, percebe menos de um salário mínimo. Alguns indicadores sociais (FBIGE/PNAD, 1995) revelam as graves condições no campo: analfabetismo (52%), mortalidade infantil (137/1.000) e ausência de saneamento básico (96% das casas sem água tratada e 77% sem esgoto).

Na raiz da pobreza da população rural cearense está a concentração dos meios de produção, como mostram os seguintes dados (INCRA, 1992): do total de mão-de-obra ocupada no setor primário, 76,6% são trabalhadores sem terra (807.869 pessoas); do total de proprietários, 78,7% têm menos de 100 hectares e detêm 25,3% da área. As condições de acesso a terra para desenvolver as atividades produtivas são bastante precárias. Donos da terra, pequenos proprietários e posseiros diferenciam-se pelo título, porém muitos possuem apenas o recibo de promessa de compra e venda, em nome dos avós e bisavós. Há casos em que a propriedade encontra-se registrada pelo irmão mais velho e os demais herdeiros não têm qualquer documento. Com área média cultivada de 2 a 3 hectares e solos cansados, a terra já não comporta novas unidades familiares. Outra categoria é a dos que pagam renda da terra ao proprietário, sob forma de parceria ou arrendamento. No primeiro caso, o pagamento é efetuado pela entrega da metade ou terça parte da produção e no segundo, através de uma importância pré-fixada, em dinheiro, produção ou trabalho. A categoria de assalariados, temporários ou permanentes, vende sua força de trabalho ao patrão, como diaristas, por empreita ou produção, sendo remunerada por meio de “salário”, em dinheiro ou produto, não possuindo vínculo com a terra.

Difícilmente encontra-se categorias puras de produtores, pois uma das estratégias de sobrevivência tem sido a combinação de múltiplas atividades, em diferentes condições de acesso à

terra. Por exemplo, no inverno, os minifundiários buscam outra áreas, através da parceria e do arrendamento. No verão, empregavam-se de forma sazonal nas agroindústrias, fazendas e projetos de irrigação, e trabalhavam por empreita ou por produção, com a ajuda da mulher ou menor, remunerados pelo próprio trabalhador, no caso de não serem da sua família.

A política de assentamento preconizada no PNRA, em 1985, teve como diretrizes básicas, a co-participação INCRA/Governos Estaduais e Municipais e a participação dos assentamentos desde a fase inicial (co-gestão) até à de consolidação (auto-gestão). No Ceará, o Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária (GERA), formado por representantes de instituições públicas e dos assentados, foi responsável pelas ações integradas de prestação de serviços às áreas reformadas entre 1987 e 1989 e a partir da troca de experiências entre os assentados, buscou-se constituir uma proposta metodológica de organização do assentamento, baseada no planejamento ascendente, a partir das necessidades e interesses dos assentados.

Numa mudança de rumos, a partir do Plano Terra Brasil (1991), a Superintendência do INCRA no Ceará impôs o parcelamento dos assentamentos, desconsiderando análises comparativas entre áreas com e sem parcelamento. No semi-árido a pequena propriedade rural torna-se inviável, pois o pleno aproveitamento dos recursos solo e água pressupõe uma decisão conjunta sobre a melhor forma de sua utilização, sendo mais racional manter a área reformada como a única unidade produtiva. Vale ressaltar que muitos assentados, insatisfeitos com tal política, buscam na justiça a garantia do não parcelamento das terras, num fortalecimento do processo de organização, baseado em valores e práticas coletivas em curso em vários assentamentos.

De acordo com o Programa Emergencial de Reforma Agrária de 1993, o INCRA reafirma os pressupostos da política de assentamento e a desapropriação por interesse social, como principal instrumento de obtenção de recursos fundiários. No Ceará, o trabalho é retomado com ênfase na capacitação dos assentados, como atividade básica para assegurar o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos.

Em 1995, a proposta de “reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial, experimentada anteriormente na África do Sul e na Colômbia, foi introduzida no Ceará com apoio do Governo do Estado, passando a denominar-se “reforma agrária solidária”. Caracteriza-se pela compra e venda de terras, através de associações e sindicatos, retomando desvios ocorridos na implementação do PROTERRA e desconsiderando a experiência em andamento, que tem na desapropriação a na capacidade dos assentados em decidir sobre as formas de organização do trabalho, da terra e da produção, os elementos essenciais de formação dos assentamentos.

As principais potencialidades para formação de um setor primário diversificado e desenvolvido são, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1995-1998): 5,9 milhões de hectares de terras agricultáveis, das quais 300 mil irrigáveis e 548 mil desapropriadas para fins de reforma agrária (9,2% das terras); mão-de-obra abundante e com aptidão agrícola; rede de açudes públicos e privados (11,5 bilhões de metros cúbicos); mercado interno para consumo de produtos agropecuários (60% dos produtos agroalimentares consumidos são importados); infra-estrutura para colocação de produtos nobres no mercado externo; condições favoráveis de clima (7º de variação térmica).

Existem, no Estado do Ceará, 241 assentamentos que ocupam 548.133 hectares, num total de 15.529 famílias e 90.018 pessoas, gerando 76.016 empregos diretos (excluídos os menores de 7 a maiores de 60 anos). (TABELA 1)

Tabela 1:

Assentamentos da Reforma Agrária - Ceará - 1998

DISCRIMINAÇÃO	FEDERAIS	ESTADUAIS	TOTAL
Projetos (nº)	210	31	241
Área (há)	522.847	25.286	548.133
Famílias (nº)	14.813	716	15.529
Pessoas (nº)	86.661	3.357	90.018
Empregos gerados (nº)	73.294	2.722	76.016

Fonte: INCRA/IDACE - fevereiro/1998

A implementação da reforma agrária no Estado do Ceará deveu-se sobretudo ao processo de luta e conquista da terra pelos trabalhadores rurais, apoiados por entidades sindicais, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa história remonta ao início do século. As manifestações sociais ocorridas no Sítio Caldeirão, no município de Crato, constitui-se num símbolo. Em 1928, o “beato” José Lourenço e seguidores instalaram-se numa propriedade de padre Cícero, maior liderança religiosa do Nordeste e chefe político no Cariri, e celebram o “pacto dos Coronéis”, tornando-se prefeito. Ao chegar à fazenda escavam cacimbas, irrigam o solo, plantam e constroem engenhos. O trabalho é realizado de forma coletiva, sendo a repartição dos bens produzidos proporcional ao número de pessoas de cada família. Em 1936, o sítio é atacado pela polícia militar, as casas são queimadas e as plantações destruídas. Os trabalhadores reagem mas, com o auxílio de bombardeio aéreo, as tropas conseguem derrotar Caldeirão. Outra experiência significativa é a da fazenda Japuara, em Canindé. A fazenda é desapropriada em 1971 pelo recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), depois de conflito sangrento em que perdem a vida

cinco pessoas, um trabalhador e os demais defensores do proprietário. É importante ressaltar que Japuara ocorre durante o governo Médici, um dos mais repressivos momentos da história do País.

No processo de organização social e produtiva nos assentamentos têm predominado as práticas de cooperação entre os trabalhadores, devido às condições do solo, que inviabilizam a exploração de pequenas áreas, e à necessidade de resistir, que exige uma organização coletiva do trabalho com divisão de tarefas. Cabe salientar que a pequena propriedade não constitui a experiência de vida dos trabalhadores rurais do Nordeste, onde historicamente sempre predominou a grande produção, diferentemente do Sul do Brasil, em que a colonização em forma de lotes familiares foi a regra.

As associações e cooperativas das áreas reformadas articulam as reivindicações por crédito, assistência técnica, comercialização, capacitação. A criação da Cooperativa Central dos Assentados (CCA-CE) em maio de 1991, impulsiona a integração entre os assentamentos, apesar das limitações de diversas ordens. A consolidação dos assentamentos requer, além da organização dos trabalhadores, complementariedade de ações do poder público e mobilização de recursos financeiros para criação de uma base produtiva sólida e elevação do nível de renda e condições de vida dos assentados.

Apesar da existência do PNRA e de mecanismos institucionais, é no município que se define a dinâmica do assentamento, num jogo de forças que envolvem interesses em conflito, necessidades e exigências dos grupos sociais (MARTINS, 1994, FERRANTE, 1997 E ROSA, 1997). O assentamento real nem sempre corresponde ao padrão idealizado pelo Estado, segundo o qual o assentado é um “desenraizado” a ser “modelado”, por critérios técnico-burocráticos, para tornar-se um pequeno proprietário integrado no mercado.

3.1 – *Análise do assentamento*

A origem das áreas adquiridas para reforma agrária é variada. A compra e venda de terras foi o principal instrumento à época do PROTERRA (1971 até 1985). Após esse período, com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a partir da implementação da política dos assentados, observa-se a importância da desapropriação por interesse social, ocorrendo casos de arrecadação ou doação de terras, sobretudo nas áreas estaduais. Essas, por força do Decreto-Lei nº 19.224 de 20/04/1998, são equiparadas aos assentamentos federais, recebendo os mesmos benefícios de crédito, como no caso do PROCERA.

As famílias assentadas procedem, na maioria, do próprio imóvel rural, onde já moravam e trabalhavam há bastante tempo, algumas tendo nele nascido. Em menor número, são as que vieram de outras propriedades, ou municípios, e ocuparam a terra.

As principais atividades desenvolvidas são a pecuária (bovinocultura, caprinocultura e ovinocultura), a produção de grãos alimentícios (milho e feijão) e matéria-prima (mandioca e algodão). Em algumas áreas a pesca (camarão e lagosta) e a fruticultura (coco e caju) têm-se destacado economicamente. Outras atividades rentáveis, mas encontradas em menor escala, são a agroindústria (laticínio, castanha, farinha, goma, raspa, rapadura e doces), a apicultura, o artesanato, o extrativismo (carnaúba e carvão) e a mineração.

Embora sejam muitos os fatores externos (mudanças nas políticas governamentais, instabilidade climática) e internos (históricos, práticas de cooperação, organização territorial) que interferem diferentemente nos assentamentos, tornando a realidade variada, predomina o sistema misto de organização do processo produtivo, caracterizado por uma flexibilidade entre os modelos coletivo e individual. As áreas de uso coletivo são, via de regra, destinadas às culturas de mercado e à criação de animais de grande porte, sendo a infra-estrutura (açudes, poços, currais, colméias, armazéns, viveiros), os equipamentos (trator, caminhão, kit de irrigação) e as agroindústrias (fábricas de queijo, casa de farinha, unidade de raspa, engenhos) pertencentes às associações e cooperativas. Em geral, as áreas de uso familiar são utilizadas para produção de alimentos para subsistência e criação de animais de pequeno porte destinados ao consumo dos assentados.

4 – FONTE DOS DADOS E METODOLOGIA

Nesta parte do estudo mostram-se as fontes e as formas de coleta dos dados primários e secundários utilizados na busca de atingir seus objetivos. Além disso descreve-se os procedimentos utilizados no estudo

População e Amostragem

Esta pesquisa foi realizada no Projeto de Assentamento Souza, localizado, de acordo com o INCRA (1998), no município de Canindé, no estado do Ceará, que dista 126 km da capital. O seu acesso dá-se pela estrada carroçável Canindé – Itapiúna, no sentido dos PA’S Faz. Alegre e Transval, distando 4 km da sede municipal. O acesso é considerado muito bom, por oferecer condições normais de tráfego durante o ano. O assentamento Souza está dividido em três comunidades, Souza (sede), Quintas e Pompeu. Das 56 famílias assentadas optou-se pela investigação de um total de 23 famílias, sendo 13 famílias da comunidade Souza e 10 famílias da comunidade Quintas. Infelizmente por condições desfavoráveis a passagem para a comunidade Pompeu estava interdita ficando impossível coletar dados de algumas famílias.

Característica da Área de Estudo

Situação Geográfica

Apresenta os seguintes limites e confrontações:

Ao Norte com terras de Paulo P. Menezes e Outros; a Leste com o rio Longa, João Adriano Bandeira e Pedro Alcântara Militão; ao Sul com terras de José Bandeira, Aloísio Jucá Queiroz e Outros; e ao Oeste com terras de Antônio Aldino e Outros.

Fatores condicionantes do uso das terras

Clima - Segundo a classificação climática de Gaussen, o clima do imóvel é do tipo 4bTh, tropical quente de seca acentuada, com índice xerotérmico variando de 100 a 150 e período seco de 5 a 6 meses e, segundo Koeppen, o clima é do tipo Aw', clima tropical chuvoso. A precipitação

de chuvas média anual varia de 770 a 1000 mm e a temperatura média anual entre 26 a 28 graus centígrados.

Vegetação - A cobertura vegetal do imóvel é formada pela floresta ciliar de carnaúba e caatinga hiperxerófila. Dentre as espécies que constituem essas formações florísticas, destacam-se: carnaubeira, oiticica, juazeiro, marizeira, sabiá, pau-branco, marmeleiro, mofumbo, jurema, pereiro e outras.

Relevo - Predominam no imóvel as seguintes classes de relevo, plano 40%, suave ondulado 50% e ondulado 10%.

Solos - Predominam no imóvel a associação dos seguintes solos: PODZÓLICO VERMELHO AMARELO + PLANOSOL SOLÓDICO E ALUVIAIS. Como inclusões, temos os SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS e AFLORAMENTO DE ROCHA.

Os solos podzólico, embora portadores de boas condições químicas, possuem fortes restrições ao aproveitamento agrícola, ditados pelo relevo, pedregosidade e profundidade efetiva. Necessita do uso de prática de conservação.

Os solos planosol solódico apresentam restrições ao uso agrícola pela ocorrência de encharcamentos no período chuvoso e ressecamento no período de estiagem. Estes solos são normalmente cultivados com algodão e pastagem natural.

Os solos aluviais são portadores de elevado potencial agrícola, propícios à irrigação desde que devidamente controlada, face ao risco de salinidade, especialmente em terrenos argilosos. São utilizados com culturas cíclicas (milho e feijão), horticultura e pastagem artificial.

Os solos litólicos eutróficos, embora portadores de alta fertilidade natural, possuem fortes restrições quanto à profundidade efetiva, presença de pedregosidade e/ou rochosidade e deficiência hídrica. São utilizados com exploração de milho, feijão e pecuária extensiva.

Instrumento Metodológico e Fonte de Dados

Para elaboração da pesquisa lançou-se mão dos dados secundários e primários. *Dados secundários:* Documentos relativos a à desapropriação: laudo de vistoria e avaliação. *Dados primários:* Aplicação de questionário para levantar a atual condição do Projeto de Assentamento Souza, complementando a pesquisa com entrevistas com roteiro de perguntas abertas previamente elaboradas.

Método de Análise

Ao se pretender, conhecer e interpretar a realidade do Assentamento Souza, lançou-se mão da pesquisa do tipo descritiva, sob a forma de estudo de caso. O estudo de caso oferece como vantagens: pesquisa de relativa economia, simplicidade, pode ser realizada por um só pesquisador, ou por um pequeno grupo, útil em pesquisas exploratórias, podem também ser aplicadas em que o objetivo de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser considerado o tipo ideal.

O tratamento dos dados é feito através de distribuição de freqüências absolutas, relativas e acumuladas das variáveis que compõem os indicadores de desenvolvimento econômico, tecnológicos e sociais. A análise descritiva completa a análise tabular, tomando-se como base a descrição dos dados ordenados e agrupados nas tabelas.

5 – RESULTADOS

Características dos Entrevistados:

Em relação à idade dos entrevistados observa-se que a média é de 39 anos. Sendo que, 8,7% tem idade de 14 a 20 anos; 4,35% tem idade que varia de 20 a 25 anos; 13,04% tem idade que varia de 25 a 30 anos; 8,7% tem idade que varia de 30 a 35 anos; 17,39% tem idade que varia de 35 a 40 anos; 8,7% tem idade que varia de 55 anos em diante. No que se refere à procedência dos assentados, observa-se que a maioria, 73,91% são nativos do município e que 26,09% são de outras cidades do Ceará. (TABELA 2)

Tabela 2: Características dos entrevistados

IDADE	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
14 - 20	2	8,70
20 - 25	1	4,35
25 - 30	3	13,04
30 - 35	2	8,70
35 - 40	4	17,39
40 - 45	3	13,04
45 - 50	3	13,04
50 - 55	3	13,04
55 ou mais	2	8,70
Total	23	100,00
PROCEDÊNCIA		
nativo do município	17	73,91
de outra cidade do Ceará	6	26,09
Total	23	100,00

Fonte: Pesquisa direta

Características dos Domicílios:

As residências situam-se em agrovilas na própria comunidade. A área do terreno de cada assentado é de 50m². A área coberta das casas varia de 6x10m² a 7x12m², tendo de 4 a 9 cômodos, sendo que 39,13% das casas possuem 6 cômodos. Todas as casas, sem exceção, são de alvenaria. (TABELA 3)

Tabela 3: Características dos domicílios

ÁREA COBERTA DA CASA (m²)	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
6X10	14	60,87
6X12	4	17,39
6X14	2	8,70
7X12	3	13,04
Total	23	100,00
Nº DE CÔMODOS PARA DORMIR		
1	3	13,04
2	15	65,22
3	4	17,39
4	1	4,35
Total	23	100,00
Nº DE CÔMODOS DA CASA		
4	3	13,04
5	4	17,39
6	9	39,13
7	5	21,74
9	2	8,70
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Indicadores de saneamento:

A localização da privada, em 65,22% dos casos, é dentro de casa; 17,39% fora da casa, 17,39% das casas não têm privada.. O destino dado às fezes em 82,61% dos casos é feito através de fossa séptica e 17,39% é jogado no mato. A água utilizada provém de açude (43,48%), poço comunitário (39,13%) e cacimba (17,39%). Quanto ao tratamento feito da água consumida, 52,17% das famílias apenas coam a água; 39,13% coam e colocam cloro na água utilizada; 4,35% apenas colocam cloro e 4,35% filtram a água. (TABELA 4)

O lixo produzido em 56,52% dos casos da pesquisa é queimado, 30,43% é jogado em qualquer lugar e 13,05% é enterrado.(TABELA 4)

Tabela 4: Indicadores de saneamento básico

LOCALIZAÇÃO DA PRIVADA	FREQ. ABSOL	FREQ. REL. %
dentro de casa	15	65,22
fora de casa	4	17,39
a casa não tem privada	4	17,39
Total	23	100,00
DESTINO DAS FEZES		
fossa séptica	19	82,61
mato	4	17,39
Total	23	100,00
DE ONDE VEM A ÁGUA		
poço comunitário	9	39,13
cacimba	4	17,39
açúde	10	43,48
Total	23	100,00
TRATAMENTO QUE FAZ DA ÁGUA QUE BEBE		
côa	12	52,17
côa e coloca cloro	9	39,13
coloca cloro	1	4,35
filtra	1	4,35
Total	23	100,00
DESTINO DO LIXO		
enterrado	3	13,05
jogado em qualquer lugar	7	30,43
queimado	13	56,52
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Das três comunidades existentes no assentamento Souza, somente na comunidade sede é que existe energia. Tramita no município de Canindé um projeto para colocação de energia elétrica nas demais comunidades. As despesas das famílias com energia elétrica durante o ano de 2001 até os dias atuais são por conta da prefeitura de Canindé. O acordo firmado entre o prefeito e os moradores do assentamento foi que a prefeitura poderia retirar água a vontade de seus açúdes até normalizar a falta de água que assolava Canindé durante aquele ano.

Tamanho da família e nível de escolaridade:

Com relação ao número de pessoas que moram por domicílio, observou-se que, em média, moram 5 pessoas, sendo que o limite inferior é de 2 pessoas por domicílio e o limite superior é de 10 pessoas morando no mesmo domicílio.

Em relação ao número de filhos, as famílias informaram que possuem de 0 a 7 filhos. Sendo que casais tendo entre 1 e 3 filhos apresentam a maior frequência. Neste intervalo de classe observou-se que situou-se 60,87% das famílias. Em média os casais no assentamento pesquisado tiveram 3 filhos.

Os dados referentes ao nível de educação mostram que dos pais da família, 43,48% são analfabetos; 52,17% possuem o primeiro grau incompleto; e 4,35% o primeiro grau completo. Quanto às mães, 30,43% declaram-se analfabetas; 47,83% tem o primeiro grau incompleto; e 21,74% tem o primeiro grau completo. (TABELA 5)

Tabela 5: Nível de escolaridade do adultos

PAI DA FAMÍLIA	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
analfabeto	10	43,48
primeiro grau incompleto	12	52,17
primeiro grau completo	1	4,35
Total	23	100,00
MÃE DA FAMÍLIA		
analfabeto	7	30,43
primeiro grau incompleto	11	47,83
primeiro grau completo	5	21,74
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Do total das famílias, 18 declararam que possuem crianças com idade escolar (7 a 14 anos). Destas, todas as crianças estão na escola; nenhuma criança repetiu no ano de 2001 nem tampouco teve que abandonar a escola por algum motivo.

Também não se registrou nenhum problema relacionado com a escola das crianças. Um ônibus da prefeitura vai sistematicamente busca-las e deixa-las no assentamento. Seus pais afirmam que nunca tiveram problema com a merenda escolar ou material didático.

Níveis de mortalidade e incidência de doenças em crianças e adultos:

Sobre as condições de saúde, nenhum caso de mortalidade infantil foi registrado nesse assentamento de 98 até os dias atuais. As principais doenças ocorridas nas crianças foram a diarreia (5,56%); dengue (5,56%); verminose (16,67%); gripe (50%); e (22,22%) das famílias declaram não ter havido ocorrência de doenças nas crianças no ano passado. 47,83% das famílias tem crianças com menos de cinco anos de idade, sendo que nenhuma tem problema de desnutrição e todas foram devidamente vacinadas por agentes de saúde no próprio assentamento ou no posto do município. (TABELA 6)

Quanto aos adultos, (30,43%) das famílias disseram que não houve ocorrência de doenças nos últimos cinco anos; (47,83%) tiveram gripe; (4,35%) teve verminose; (4,35%) teve pneumonia; (8,7%) sofrem de asma; e (4,35%) sofre do coração. Não ocorreu nenhum registro de óbito no ano passado. (TABELA 6)

Tabela 6: Níveis de saúde

DOENÇAS OCORRIDAS EM CRIANÇAS NO ANO PASSADO	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
dengue	1	5,56
diarreia	1	5,56
verminose	3	16,66
gripe	9	50,00
não tiveram doença	4	22,22
Total	18	100,00
CRIANÇAS ATÉ CINCO ANOS QUE MORAM NA CASA		
não tem	12	52,17
1	6	26,09
2	4	17,39
3	1	4,35
Total	23	100,00
DOENÇAS REGISTRADAS NOS ADULTOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS		
doença do coração	1	4,35
verminose	1	4,35
pneumonia	1	4,35
asma	2	8,70
gripe	11	47,83
não tiveram doença	7	30,42
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Do total das famílias, 86,96% disseram que não pretendem ter outro nenê nos próximos dois anos, sendo que apenas 53,52% estão usando algum meio de evitar a gravidez. Os meios usados para combater a gravidez são a tabela (4,35%), ligação de trompas (8,7%), a pílula (17,39%) e o preservativo (69,57%). Todas as mães receberam assistência pré-natal na última gestação. (TABELA 7)

Tabela 7: Níveis de saúde

EXPECTATIVA DE OUTRO FILHO(A) NOS PRÓXIMOS 2 ANOS		
	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
sim	3	13,04
não	20	86,96
Total	23	100,00
ESTA USANDO ALGUM MEIO PARA EVITAR A GRAVIDEZ		
sim	13	56,52
não	10	43,48
Total	23	100,00
MEIO USADO PARA EVITAR A GRAVIDEZ		
tabela	1	4,35
fez ligação das trompas	2	8,70
pílula	4	17,39
preservativo	16	69,56
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Características da Produção Agropecuária da Família:

No assentamento Souza a utilização da terra é de forma coletiva, não há uma divisão em lotes. No que se refere ao acesso à política de crédito rural, observa-se que as famílias receberam R\$ 1.400,00 divididos em duas parcelas de R\$ 700,00 para a compra de materiais de construção e instalação de apoio, respectivamente. No que se refere a mão-de-obra empregada, todas as famílias informaram que utilizam somente mão-de-obra familiar.

Apesar do assentamento ser coletivo, a utilização da terra de forma individual é realizada por todas as famílias entrevistadas. O tamanho da área varia de 1 hectare a 4 hectares, sendo que 8,7% das famílias plantam em 1 hectare; 52,17% plantam em 2 hectares; 21,74% plantam em 3 hectares; e 17,39% plantam em 4 hectares. (TABELA 8)

Área com lavouras de Ciclo Curto:

O cultivo do feijão é realizado por 78,26% das famílias em áreas que variam de 0.5 a 3 hectares. Sendo que 21,74% plantaram 0.5 hectare; 39,13% plantaram 1 hectare; 4,35% plantou 1.5 hectare; 8,7% plantaram 2 hectares; e 4,35% plantou 3 hectares. (TABELA 8)

O cultivo da mandioca é realizado por 30,43% das famílias em áreas que variam de 0.5 a 1 hectare. Sendo que 17,39% das famílias plantaram 0.5 hectare; e 13,04% plantaram 1 hectare. (TABELA 8)

O cultivo do milho é realizado por 82,61% das famílias em áreas que variam de 0.5 a 2 hectares. Sendo que 21,74% das famílias plantaram 0.5 hectare; 39,13% plantaram 1 hectare; 13,04% plantaram 1.5 hectare; e 8,7% plantaram 2 hectares. (TABELA 8)

O cultivo consorciado de milho e feijão é realizado por 17,39% em áreas que variam de 0.5 a 2 hectares. Sendo que 4,35% plantou 0.5 hectare; 4,35% plantou 1.5 hectare; e 8,7% plantaram 2 hectares. (TABELA 8)

O cultivo de outras lavouras é realizado em áreas que variam de 1 a 3 hectares. Sendo que 4,35% plantou 1 hectare de sorro; 4,35% plantou 1.5 hectare de sorro; 4,35% plantou 1 hectare de palma; e 4,35% plantou 3 hectares consorciados entre feijão, milho e palma. (TABELA 8)

Tabela 8: Características da produção agropecuária das famílias

TAMANHO DA ROÇA DA FAMÍLIA (HA)	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
1	2	8,70
2	12	52,17
3	5	21,74
4	4	17,39
Total	23	100,00
ÁREA PLANTADA ESTE ANO COM FEIJÃO (HA)		
.00	5	21,74
.50	5	21,74
1.00	9	39,12
1.50	1	4,35
2.00	2	8,70
3.00	1	4,35
Total	23	100,00
ÁREA PLANTADA ESTE ANO COM MANDIOCA (HA)		
.00	16	69,57
.50	4	17,39
1.00	3	13,04
Total	23	100,00
ÁREA PLANTADA ESTE ANO COM MILHO (HA)		
.00	4	17,39

.50	5	21,74
1.00	9	39,13
1.50	3	13,04
2.00	2	8,70
Total	23	100,00
ÁREA PLANTADA ESTE ANO C/ CONSORCIO MILHO E FEIJÃO (HA)		
.00	19	82,60
.50	1	4,35
1.50	1	4,35
2.00	2	8,70
Total	23	100,00
ÁREA PLANTADA ESTE ANO COM OUTRA LAVOURA (HA)		
.00	19	82,60
1.00	2	8,70
1.50	1	4,35
3.00	1	4,35
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Apesar das atividades serem coletivas, existe uma divisão de tarefas que resulta na diversidade de declarações quanto a esses itens: 82,61% do total das famílias entrevistadas declararam que abriram a roça deste ano na capoeira e 17,39% abriram a roça no mato. 17,39% das famílias plantam na mesma área da roça a 1 ano; 13,04% plantam na mesma área da roça a 2 anos; e 69,57% plantam a 3 anos. (TABELA 9)

Quanto à utilização de adubos químicos, nenhuma família entrevistada afirmou ter utilizado. Quanto à utilização de pesticida no ano passado, 78,26% afirmaram que utilizaram algum tipo de pesticida; sendo que destes, 4,35% guardou para reaproveitar neste ano, 13,04% afirma ter jogado no lixo, 17,39% queimou, 17,39% jogou no mato e 26,09% enterrou. (TABELA 9)

Nenhuma família possui qualquer equipamento mecânico. Todos os equipamentos pertencem ao assentamento para serem utilizados de forma coletiva. Não houve qualquer prática de conservação do solo. Das famílias que disseram ter alguma criação, 91,30% declararam ter usado algum tipo de vacina ou remédio nos animais. (TABELA 9)

Produção Pecuária:

No que se refere à criação de animais de diferentes portes e finalidades, os resultados coletados no campo mostram que 78,26% das famílias criam bovinos; 52,17% criam caprinos; 56,52% criam suínos; e 91,30% criam algum tipo de ave em geral. Todos os ovinos são pertencentes a comunidade não podendo ser sacrificados para o uso individual.

Tabela 9: Características da produção agropecuária da família

TEMPO QUE A FAMÍLIA PLANTA NA MESMA ÁREA DA ROÇA	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
1 ano	4	17,39
2 anos	3	13,04
3 anos	16	69,57
Total	23	100,00
UTILIZOU ALGUM TIPO DE PESTICIDA NO ANO PASSADO		
sim	18	78,26
não	5	21,74
Total	23	100,00
DESTINO DA EMBALAGEM		
utilizado para o ano seguinte	1	5,56
queimado	4	22,22
enterrado	6	33,33
jogado no mato	4	22,22
jogado no lixo	3	16,67
Total	18	100,00
USOU ALGUM REMÉDIO OU VACINA PARA OS ANIMAIS		
sim	21	91,30
não	2	8,70
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Estimativa da Renda Monetária Familiar:

O padrão de renda monetário familiar observado no assentamento ainda é bastante reduzido, como se depreende das evidências mostradas na Tabela 10. De fato, com base nos resultados mostrados nesta tabela, estima-se que a renda média monetária familiar no assentamento é de R\$ 116,52 mensais.

A distribuição desta renda mostra que em 78,27% dos casos a renda monetária familiar é de no máximo R\$200,00 mensais. A principal fonte de renda no assentamento é proveniente do vale alimentação (43,48%) no valor R\$15,00 mensais, e também das aposentadorias (30,43%). O artesanato provém da fabricação de santos de gesso que são vendidos em Canindé.

Tabela 10: Estimativa de distribuição de renda monetária

RENDA MENSAL DA FAMÍLIA	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %	FREQ. ACUM %
até R\$20,00 por mês	8	34,77	34,77
entre R\$30,00 e R\$50,00 por mês	2	8,70	43,47
entre R\$50,00 e R\$70,00 por mês	2	8,70	52,17
entre R\$100,00 e R\$130,00 por mês	2	8,70	60,87
entre R\$130,00 e R\$150,00 por mês	2	8,70	69,57
entre R\$180,00 e R\$200,00 por mês	2	8,70	78,27
entre R\$280,00 e R\$300,00 por mês	3	13,03	91,30
entre R\$350,00 e R\$400,00 por mês	2	8,70	100,00
Total	23	100,00	
PRINCIPAL FONTE DE RENDA MONETÁRIA DA FAMÍLIA			
artesanato	1	4,35	
agricultura	5	21,74	
aposentadoria	7	30,43	
vale alimentação	10	43,48	
Total	23	100,00	

Fonte: pesquisa direta

Consumo anual de feijão e de milho por família

No assentamento Souza as culturas de subsistência são totalitárias. No que se refere ao consumo de feijão, todas as famílias entrevistadas informaram que consomem tal produto, em variações que vão de 60kg/ano a 600kg/ano. A média de consumo das famílias é de 182,60kg/ano.(TABELA 11)

Em relação ao consumo de milho, todas as famílias também declararam serem consumidoras do produto, em variações que vão de 60kg/ano a 1.380kg/ano. A média de consumo das famílias é de 378,26kg/ano. (TABELA 11)

Todas as famílias entrevistadas afirmam que o restante da alimentação é adquirido através de compra no município, como massa de milho, arroz, bolacha, farinha, macarrão, goma, ou seja, produtos de primeira necessidade.

O restante dos alimentos como leite, ovos, carne de frango, carne bovina, e carne suína são adquiridos na própria comunidade seja através de criação própria ou através da compra com os vizinhos.

Tabela 11: Consumo anual de feijão e milho por família

CONSUMO ANUAL DE FEIJÃO POR FAMÍLIA (SACA DE 60KG) FREQ. ABSOL FREQ. REL %		
1 saca	2	8,70
1.5 saca	4	17,39
2 sacas	5	21,74
3 sacas	8	34,77
5 sacas	1	4,35
6 sacas	1	4,35
7 sacas	1	4,35
10 sacas	1	4,35
Total	23	100,00
CONSUMO ANUAL DE MILHO POR FAMÍLIA (SACA DE 60KG)		
1 saca	1	4,35
2 sacas	2	8,70
3 sacas	7	30,42
4 sacas	2	8,70
5 sacas	3	13,04
6 sacas	1	4,35
10 sacas	3	13,04
12 sacas	1	4,35
12.5 sacas	2	8,70
23 sacas	1	4,35
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Associativismo no assentamento:

Todas as famílias entrevistadas declaram que fazem parte da Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Souza. As famílias declararam também que há uma grande carência de assistência por parte dos órgãos públicos, englobando de recursos financeiros até o que eles consideram mais importante a falta de orientação técnica.

Principais problemas relacionados com a produção:

Quanto aos problemas relacionados à produção, 60,87% das famílias apontam a falta de água.; 91,30% apontaram a falta de crédito; 34,78% apontaram a falta de estrada para escoar a produção. Este caso verificou-se na comunidade Quintas, cuja estrada quando chove fica sem dar passagem; 82,61% apontam a dificuldade para vender os produtos; Todas as famílias sem exceção entrevistadas afirmaram que a falta de assistência técnica e o baixo preço dos produtos são as principais dificuldades enfrentadas por eles. A presença do atravessador é constante na região do Canindé, fazendo com que os produtos dos agricultores sejam vendidos por um preço mais baixo.

Tipos de lazer das famílias:

Quanto ao lazer das famílias, 4,35% declarou que não tem nenhum tipo de lazer; 8,7% gosta de ouvir rádio; 8,7% também gosta de assistir televisão; 13,04% gosta de freqüentar a sede do município; 17,39% de jogar bola; 17,39% de participar das reuniões na comunidade; e 30,43% de tirar uma prosa na casa do vizinho.

Grupo familiar freqüentado pela família:

A maioria das famílias pertence a religião católica (91,30%), e as demais famílias aderem ao protestantismo (8,7%). (TABELA 12)

Tabela 12: Religião de cada família

SEU GRUPO FAMILIAR FREQUENTA	FREQ. ABSOL	FREQ. REL %
igreja católica	21	91,30
igreja protestante	2	8,70
Total	23	100,00

Fonte: pesquisa direta

Posse de Bens Domésticos e Utilitários:

Com relação a posse de bens, 26,09% das famílias afirmam ter motocicleta; 34,78% afirmam ter liquidificador; 34,78% declaram ter equipamento de som; 47,83% afirmam ter geladeira; 52,17% tem televisor; 73,91% possuem fogão a gás; 86,96% tem rádio de pilha; e 86,96% tem e utilizam bicicletas para se locomoverem.

CONCLUSÃO

Num país onde não houve um processo efetivo de reforma agrária, convive com sérios problemas estruturais e sociais, pois parte do setor foi modernizado, mais os produtores, principalmente os pequenos, permanecem de alguma forma excluídos do processo produtivo.

Dessa forma, pode-se perceber que a reforma agrária é condição necessária mais não suficiente para promover e aperfeiçoar a agricultura em pequena escala, ou seja, o enfoque da questão não deve limitar-se à mera distribuição de terra ou reforma fundiária, pois a simples redistribuição da terra não garantirá o progresso social e econômico tão desejado por nossa população. É necessário um pacote de políticas, antes de tudo, para dar sustentabilidade à reforma agrária.

Ao se enfatizar a necessidade de formular e executar políticas que respondam às necessidades dos pequenos agricultores, não significa “marginalizar” a agricultura patronal, nem tão pouco subestimar sua importância como geradora de excedentes exportáveis, mas o que se reivindica é uma distribuição de renda mais justa, incluindo aqueles que produzem.

Neste sentido é fundamental uma estratégia de desenvolvimento do espaço rural brasileiro, que priorize a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar e que tenha a reforma agrária como um instrumento de uma política agrária abrangente, permitindo o acesso à terra a todos de que dela necessitam, sob o prisma da equidade, sustentabilidade e competitividade.

Com base nos dados analisados neste trabalho, apresenta-se a seguir uma sistematização das conclusões mais importantes da pesquisa de campo.

Aspectos Sócio-Econômicos:

- A identidade social dos assentados comprova que a reforma agrária beneficiou trabalhadores rurais ativos, com experiência agropecuária, em difíceis condições de acesso à terra e que lutaram para conquistar uma situação estável;
- As áreas reformadas, além de estarem gerando empregos diretos e indiretos no setor primário, estão oportunizando aos assentados desenvolverem outras habilidades;
- Em geral, a mão-de-obra é subutilizada, principalmente no que se refere aos jovens e mulheres, embora haja uma preocupação por parte destes com o engajamento nas atividades produtivas;
- O não-parcelamento permite, a partir de um conhecimento global do assentado, a definição com mais segurança das formas de organização e exploração do imóvel;

- As agrovilas têm papel significativo na dinâmica sócio-econômica dos assentados, facilitando o acesso à eletrificação rural, recursos hídricos;
- O nível educacional das mulheres é melhor que o dos homens, que devem constituir-se no público preferencial de campanhas massivas de alfabetização;
- A garantia dos serviços de educação e saúde dependem basicamente das prefeituras;
- Há necessidade urgente de garantir que os investimentos, a assistência técnica, a capacitação e o acompanhamento das atividades estejam inseridos nos planos de desenvolvimento integral dos assentados;
- Existe uma preocupação que é a de tentar diminuir a venda de seus produtos para o atravessador;

Aspectos Políticos:

- A democratização do acesso à terra e a organização dos assentados vem ensejando o seu engajamento como cidadão, ampliando as possibilidades de construção de um futuro melhor para si e suas famílias;
- Existe a possibilidade dos assentamentos impactarem positivamente a realidade municipal, com a ampliação do suporte hídrico, rede de energia elétrica, canais de comunicação, dentre outros.

Aspectos Culturais:

- A busca dos assentados por terra no local em que nasceram e onde tem uma história, evidencia a importância das raízes culturais, dos valores e laços familiares, da luta para serem reconhecidos como cidadãos no seu município de origem;

Aspectos Ambientais:

- Observa-se uma incipiente preocupação das comunidades com a utilização dos recursos naturais, embora o nível de informação dos assentados baixo;
- De um modo geral, persistem a adoção de práticas conservacionistas, apesar de uma certa “consciência ecológica” entre os assentados;
- O Governo Federal não demonstra uma efetiva preocupação na escolha da área, no estudo dos solos, na adoção de sistemas produtivos adequados, privilegiando-se outros interesses, dominantes no atual estágio do desenvolvimento capitalista da agricultura, sendo esta uma questão crucial para a continuidade da experiência de reforma agrária em curso no Ceará.

BIBLIOGRAFIA

ALENTAJANO, Paulo R.R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. Cadernos do CEAS, Salvador, nº 166, nov/dez, 1996.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ – 1996/97 – Fortaleza: IPLANCE, 1997.

BERGAMASCO, Sônia Maria. O que são assentamentos rurais, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1996, Coleção Primeiros Passos.

CAVALEIRO, K.C.L.M. Indicadores de qualidade de vida em áreas de assentamentos selecionadas no estado do Ceará. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2001. (Monografia do curso de Ciências Econômicas).

GUIMARÃES, Alberto Passos, Quatro Séculos de Latifúndio, Rio de Janeiro, paz e Terra, 1997.

IPLANCE. Dinâmica das áreas de assentamento de reforma agrária no Ceará. Fortaleza: Edições IPLANCE, 1998.

KAGEYAMA, Ângela. A Questão Agrária Brasileira: Interpretações Clássicas. In: Revista de Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 23 (3), set. / dez, 1993.

LARANJEIRA, Raymundo. Colonização e Reforma Agrária no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: FAZENDA SOUZA. Fortaleza: INCRA, maio de 1998.

LEMOS, J.J.S. Mapa da pobreza no Brasil: uma contribuição para construir uma pauta de agenda de desenvolvimento sustentável para o país. Fortaleza, 1999.

PAULA, L. A M. Reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento: Santana: um caso de estudo. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 1991. (Tese de Mestrado em Economia Agrícola).

SILVA, José Graziano da, O Que é Questão Agrária, 11º ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, V.18, Coleção Primeiros Passos.

_____, O que é Questão Agrária, 11º ed., São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985, v.18, Coleção Primeiros Passos.

SOUSA, M.R.A . Programa de Reforma Agrária no Maranhão: Olho D'água dos Grilos: um caso de estudo. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1993. (Tese de Mestrado em Economia Agrícola).

VEIGA, José Eli da. O que é Reforma Agrária, 13º ed., São Paulo. Ed. Brasiliense, 1990, Coleção Primeiros Passos.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**Cristiano Lemos Quaresma
José de Jesus Sousa Lemos
(Orientador)**

001 - Questionário Número: _____

Entrevistador (a): _____

Data da Entrevista: ____ / ____ / 2002.

Início da Entrevista _____ Horas

Término da Entrevista _____ Horas

As informações contidas neste questionário são confidenciais e serão analisadas conjuntamente e para fins unicamente científicos. Em nenhuma hipótese qualquer pessoa que não esteja vinculado à pesquisa terá acesso às informações dos questionários. Além disso os dados só serão utilizados para os objetivos da pesquisa, não sendo permitida a sua utilização para outra qualquer finalidade.

017 - Tem energia elétrica em casa?

- 1 - SIM 2 - NÃO

018 - Qual a despesa mensal com luz elétrica R\$ _____ por mês

019 - Qual o destino do lixo da família?

- 1 - Coletado sistematicamente pela Prefeitura 2 - Queimado
3 - Enterrado 4 - Jogado em terreno baldio
5 - Jogado em qualquer lugar 6 - Outro destino: _____

020 - Quais dos seguintes bens de consumo a família possui?

- 01 - Rádio _____ 02 - Televisor _____
03 - Videocassete _____ 04 - Equipamento de Som _____
05 - Geladeira _____ 06 - Fogão a gás _____
07 - Liquidificador _____ 08 - Bicicleta _____
09 - Motocicleta _____ 10 - Automóvel _____
11 - Carro de boi _____
12 - Não possui qualquer dos bens acima

PARTE 3: TAMANHO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA

021 - Quantos filhos teve a família (morando ou não em casa)? _____

022 - Grau de escolaridade do Pai da família

- 0 - Analfabeto 1 - Menos de um ano de escola
2 - Primeiro grau incompleto 3 - Primeiro grau completo
4 - Segundo grau incompleto 5 - Segundo grau completo

023 - Grau de escolaridade da Mãe da família

- 0 - Analfabeta 1 - Menos de um ano de escola
2 - Primeiro grau incompleto 3 - Primeiro grau completo
4 - Segundo grau incompleto 5 - Segundo grau completo

024 - Todas as crianças e jovens em idade escolar (de 7 a 14 anos) estão na escola?

- 1 - SIM 2 - NÃO

025 - Se a resposta for NÃO, quantos estão fora da escola? _____

026 - Por que existem crianças fora da escola?

- 1 - Não teve vaga para todas as crianças nas escolas do município
2 - A escola fica distante da casa
3 - As crianças tiveram que trabalhar para ajudar os pais
4 - Outro motivo: Explicar

027 - Que problemas o(a) Senhor(a) identifica relacionados com o colégio das crianças?

- 1 - Localização distante da casa 7 - Não sabe
2 - Material escolar caro e a escola não o fornece
3 - Não tem merenda escolar
4 - As professoras não têm preparação
5 - Outro problema: _____
6 - Não tem problema com o colégio das crianças

028 - Alguma criança ou jovem da família ficou repetente em 2001?

- 1 - SIM 2 - NÃO

- 029 - Se a resposta for SIM qual a razão?
- 1 - A criança ou jovem teve que trabalhar
 - 2 - A criança ou jovem não tinha alimento em casa
 - 3 - A escola não oferecia merenda escolar
 - 4 - A criança ou jovem tinha dificuldade com o material ensinado
 - 5 - A criança ou jovem adoeceu e faltou muito às aulas
 - 6 - Outro motivo. Explicar _____
-
- 030 - Alguma criança ou jovem teve que abandonar o colégio em 2001?
- 1 - SIM
 - 2 - NÃO
- 031 - Se a resposta for SIM qual foi a razão?
- 1 - A criança ou jovem teve que trabalhar
 - 2 - O material escolar era muito caro
 - 3 - O colégio não oferece merenda escolar
 - 4 - A criança ou jovem adoeceu
 - 5 - Outro motivo: _____
- Explicar _____
- 032 - Morreu alguma criança menor de 1 ano entre 1995 e 2001?
- 1 - SIM
 - 2 - NÃO
- 032.1 – Se a resposta for SIM, quantas crianças morreram entre 1995 e 2001? _____
- 033 – Caso haja morrido crianças menores de 1 ano, qual foi a causa da morte?
- | | |
|----------------------------------|-----------------|
| 01 - Diarréia | 02 - Dengue |
| 03 - Sarampo | 04 - Verminose |
| 05 - Poliomielite | 06 - Coqueluche |
| 07 – Desnutrição | 08 - Pneumonia |
| 09 - Outro tipo de doença: _____ | |
- 034 - As crianças já foram vacinadas contra:
- | | |
|---------------------------------------|--------------------|
| 1 - Poliomielite | 2 - Sarampo |
| 3 - BCG | 4 - Tríplice (DTP) |
| 5 - Outro tipo de vacina: Qual? _____ | |
- 035 - Quais das doenças abaixo ocorreram nas crianças desta família o ano passado?
- | | | |
|--|----------------|-----------------------------------|
| 1 - Diarréia | 2 - Dengue | 3 - Verminose |
| 4 - Sarampo | 5 - Coqueluche | 6 - Desnutrição |
| 7 - Poliomielite | 8 – Pneumonia | 9 - Não teve ocorrência de doença |
| 10 - Outro tipo de doença: Especificar _____ | | |
- 036 – Quantas crianças com cinco (5) anos ou menos moram na casa? _____
- 037 – Quantas destas crianças com até cinco (5) anos têm pouco peso? _____
- 038 - Quais as doenças abaixo ocorreram nos adultos da família (MAIORES DE 15 ANOS) nos últimos 5 anos?
- | | | |
|---|-------------------------|--------------------|
| 01- Dengue | 02 - Doença de Chagas | 03 - Meningite |
| 04 - Amebíase | 05 - Verminose | 06 - Febre amarela |
| 07 - Tuberculose | 08 - Doenças do coração | 09- Leishmaniose |
| 10 - Doença sexualmente transmissível (Gonorréia, Cancro etc) | | |
| 11 - Doenças de cabeça | 12 - Não tiveram doença | |
| 13 - Outro tipo de doença: Especificar _____ | | |
- 039 - Morreu alguém com mais de cinco anos na família?
- 1 - SIM
 - 2 - NÃO

- 040 – Se a resposta for SIM, qual ou quais foram as causas da morte:
- | | |
|--|--------------------------------|
| 1 - Ataque de coração | 2 - Derrame cerebral |
| 3 - Câncer | 4 - Diabetes |
| 5 - Doença de Chagas | 6 - Tétano |
| 7 - Parto | 8 - Complicações generalizadas |
| 9 - Picada de cobra | 10 - Acidente |
| 11 - Outro tipo de doença, especificar _____ | |
| 12 - Não sabe a causa da morte | |
- 041 - Alguém da família quer ganhar outro nenê nos próximos dois anos?
- | | | |
|---------|---------|--------------|
| 1 - SIM | 2 - NÃO | 3 - NÃO SABE |
|---------|---------|--------------|
- 042 - Caso a resposta seja NÃO ou NÃO SABE, esta usando algum meio para evitar a gravidez?
- | | |
|---------|---------|
| 1 - SIM | 2 - NÃO |
|---------|---------|
- 043 - Caso a resposta seja SIM, qual:
- | | | | |
|-------------------------------|------------|------------------|---------|
| 1 - Pílula | 2 - Tabela | 3 - Preservativo | 4 - DIU |
| 5 - Outro. Especificar: _____ | | | |
- 044 - Na última criança que nasceu, a mãe recebeu assistência pré-natal?
- | | |
|---------|---------|
| 1 - SIM | 2 - NÃO |
|---------|---------|

PARTE 4: CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA FAMÍLIA

- 045 - Residência da família:
- | | | |
|---------------------|---------------------------|------------------------------|
| 1 - Na própria roça | 2 - Em casa na comunidade | 3 - Na área urbana da cidade |
|---------------------|---------------------------|------------------------------|
- 046 - Qual o tamanho total do seu lote (propriedade - inclusive áreas com pastagens, florestas, em descanso etc.)? _____ tarefas/ hectares/ linhas(marcar a opção da unidade de área).
- 047 - Qual o tamanho da roça da família (deste ano)?
_____ tarefas/ hectares/linhas (marcar a opção da unidade de área).
- 048 - A roça deste ano foi aberta:
- | | |
|---------------------------------------|-------------|
| 1 - Na capoeira _____ (idade em anos) | 2 - Na mata |
|---------------------------------------|-------------|
- 049 - Quanto tempo a família planta na mesma área de roça? _____ anos
- 050 - A família possui documentos da propriedade?
- | | |
|--------|---------|
| 1- SIM | 2 - NÃO |
|--------|---------|
- 050.1 - Se a resposta for SIM, qual tipo de documento?
- | | | |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1 - Cadastro | 2 - Licença de Ocupação | 3 - Título Definitivo |
| 4 - Outros .Especificar: _____ | | |
- 051 - Se a resposta for NÃO, qual é o tipo de posse:
- | | | |
|------------------|---|--------------|
| 1 - Arrendatário | 2 - Posseiro | 3 - Ocupante |
| 4 - Meeiro | 4 - Outro tipo de posse. Especificar: _____ | |
- 052 - Só utiliza a força familiar na roça?
- | | |
|---------|---------|
| 1 - SIM | 2 - NÃO |
|---------|---------|
- 053 - Caso contrate, quanto a família pagou para os trabalhadores contratados no ano passado (2000)?
- | | | |
|---------------|-----------------|-------------------------------------|
| 1 - R\$ _____ | 2 - Em produtos | 3 - Troca Serviço (mutirão/puxirum) |
|---------------|-----------------|-------------------------------------|
- 054 - Faz parte de alguma destas Associações:
- | | | |
|---------------------------------|--------------------------------|---------------|
| 1 - Cooperativa | 2 - Associação de Produtores | 3 - Sindicato |
| 4 - Não faz parte de Associação | 4 - Outra: Explicar qual _____ | |

055 - Recebeu financiamento de crédito rural no ano passado (2001)?

1 - SIM 2 - NÃO

056 - Se a resposta for SIM, qual foi o valor total do financiamento R\$ _____

057 - Quais as áreas plantadas este ano com os seguintes produtos:

063.1 - Arroz _____ tarefas

063.2 - Feijão _____ tarefas

063.3 - Mandioca _____ tarefas

063.4 - Milho _____ tarefas

063.5 - Consórcio milho e feijão _____ tarefas

063.6 - Outro consorcio _____ tarefas. Explicar a composição

do consórcio: _____.

063.7 - Outras lavouras _____ tarefas. Especificar as lavouras e as respectivas áreas: 063.8 _____ tarefas,

063.9 _____ tarefas,

063.10 _____ tarefas,

063.11 _____ tarefas

058 - Número de bovinos _____

059 - Número de caprinos _____

060 - Número de ovinos (carneiros) _____

061 - Número de suínos (porcos) _____

062 - Número de aves (galinhas, patos etc) _____

063 - Número dos outros animais _____ Especificar por animais _____, _____, _____.

064 - Quanto em quilogramas ou sacas (especificar o peso da saca) foram produzidos e consumidos dos seguintes produtos no ano passado?

064.1 Arroz: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.2 Feijão: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.3 Mandioca: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.4 Milho: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.5 Galinha: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.6 Porco: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.7 Gado: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

064.8 Pescado: Prod _____ /Cons. _____

- . _____

065- Como conseguiu as sementes?

1- Comprou na cidade

2 - Comprou na comunidade

3- Emprestado ou doado

4 - Possui semente própria

066 - Se não conseguiu plantar nenhum produto, qual a razão?

1 - Não conseguiu semente/maniva

2 - Falta de orientação técnica

3 - Outros. Explicar: _____

067 - Qual a área com pastagens _____ tarefas

068 - Qual o tamanho da área com matas ou florestas _____ tarefas

- 069 - Qual o tamanho da área em descanso(capoeira) _____ tarefas
- 070 - Qual o tamanho da área que não serve para agricultura _____ tarefas
- 071 - Utilizou adubo químico ou corretivo de solo no ano passado? 1 - SIM 2 - NÃO
- 072 - Utilizou algum tipo de pesticida no ano passado?
1 - SIM 2 - NÃO
- 072.1 - Se a resposta for SIM, qual o destino da embalagem?
1 - Enterrado 2 - Queimado 3 - Jogado no lixo
4 - Outro uso. Especificar: _____
- 073 - Usou algum tipo de remédio ou vacina para os animais?
1 - SIM 2 - NÃO
- 074 - Conhece alguma prática de conservação de solo?
1 - SIM 2 - NÃO
- 075 - Se a resposta for SIM o Senhor faz ou fez alguma delas?
1 - SIM 2 - NÃO
- 076 - Algum órgão público ou privado lhe prestou assistência o ano passado?
1 - SIM 2 - NÃO
Especificar _____
- 077 - Possui algum dos equipamentos mecânicos abaixo discriminados?
1 - Trator 2 - Arado 3 - Grade 4 - Colheitadeira
5 - Motosserra 6 - Outro: Especificar _____
- 078 - A família possui casa de farinha?
1 - SIM 2 - NÃO
- 079 - Qual a renda total **MENSAL DA FAMÍLIA?** (soma da renda de todos da família)
0 - A família **NÃO** tem qualquer renda monetária mensal
1 - Renda familiar de até R\$20,00 por mês
2 - de R\$20,00 a R\$30,00 por mês 3 - entre R\$30,00 e R\$50,00 por
mês
4 - entre R\$50,00 e R\$70,00 por mês 5 - entre R\$70,00 e R\$100,00 por mês
6 - entre R\$100,00 e R\$130,00 por mês 7 - de exatamente R\$130,00
por mês
8 - entre R\$130,00 e R\$150,00 por mês 9 - entre R\$150,00 e
R\$180,00 por mês
10 - entre R\$180,00 e R\$200,00 por mês 11 - entre R\$200,00 e R\$230,00
por mês
12 - entre R\$230,00 e R\$260,00 por mês 13 - entre R\$260,00 e R\$280,00
por mês
14 - entre R\$280,00 e R\$300,00 por mês 15 - entre R\$300,00 e R\$350,00
por mês
16 - entre R\$350,00 e R\$400,00 por mês 17 - entre R\$400,00 e R\$450,00
por mês
18 - entre R\$450,00 e R\$500,00 por mês 19 - entre R\$500,00 e R\$550,00
por mês
20 - entre R\$550,00 e R\$600,00 por mês 21 - entre R\$600,00 e R\$700,00
por mês
22 - entre R\$700,00 e R\$800,00 por mês 23 - entre R\$800,00 e R\$900,00
por mês
24 - entre R\$900,00 e R\$1000,00 por mês
27 - Renda familiar acima de R\$1000,00 /mês
(Valor da renda familiar neste caso R\$ _____)

092 – Como são adquiridos os remédios utilizados pela família:
1 – comprados 2 – doados 3 – feito em casa 4 – Outros:

Especificar _____

093 – A família produz alimentos para o consumo?

1 – sim 2 – não Quais?

094 – Quais os alimentos comprados?

095 – Os alimentos são comprados:

1 – na própria comunidade 2 – na sede do município 3 – em outra comunidade 4 – em outro município

096 – Alguma instituição oferece alimento a sua família?

1 – sim 2 – não

097 – Qual o meio de comunicação utilizado?

1 – correio 2 – recado 3 – rádio 4 – telefone 5 – Outro: Especificar

098 – Existe ajuda entre os moradores da comunidade?

1 – sim 2 – não

099 – Em sua atividade o senhor trabalha?

1 – isoladamente 2 – em grupo

100 – De que forma são utilizados os recursos existentes em sua comunidade?

Uso da terra isolado () coletivo ()

Poço isolado () coletivo ()

Cacimba isolado () coletivo ()

Açude isolado () coletivo ()

101 – Quais os benefícios obtidos através da Associação?

1 – Compra e venda do produto 2 – Assistência médica 3 – Prestação de serviço

4 – Financiamento 5 – Outro: Especificar

102 – Sua produção é comercializada na “folha”?

1 – sim 2 – não

103 – Esta ocorrência se verifica:

1 – anualmente 2 – freqüentemente 3 – raramente 4 – somente no ano passado

104 – Sua produção é comercializada:

1 – na comunidade 2 – sede do município 3 – em outro município

105 – Sua produção (lavoura/criações) é vendida:

1 - atacadista 2 – cooperativa 3 – intermediário 4 – órgão oficial 5 – varejo

6 – indústria 7 – Outros: Especificar

Término às: